

BUTLER LIDA POR HOURYA BENTOUHAMI - PROBLEMAS DE GÊNERO E DE RAÇA¹

Butler Read by Hourya Bentouhami – Gender and Race Issues

Carla Rodrigues²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a abordagem da filósofa Hourya Bentouhami para a maneira como a filósofa Judith Butler articula teoria crítica de raça ao discutir os problemas de gênero como elemento de segregação. Para isso, acompanho e debato as proposições de Bentouhami a respeito de melancolia e de raça, cotejando com a minha própria abordagem para temas como luto e gênero na obra de Butler.

Palavras-chave: Hourya Bentouhami. Judith Butler. Gênero; Teoria Crítica de Raça.

ABSTRACT

The aim of this article is to present philosopher Hourya Bentouhami's approach to the way philosopher Judith Butler articulates critical race theory when discussing the problems of gender as an element of segregation. In order to do that, I follow and debate Bentouhami's propositions on melancholy and race, comparing them with my own approach to themes such as mourning and gender in Butler's work.

Key-words: Hourya Bentouhami. Judith Butler. Gender. Critical Race Theory.

INTRODUÇÃO

Quando li pela primeira vez *Problemas de gênero*, já na tradução brasileira editada em 2003, lembro de ter tido muita dificuldade de saber com quem Butler estava falando. Há, claro, citações explícitas no livro: Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Gayle Rubin, Michel Foucault e tantas outras. Por estas referências comecei a tecer minha leitura, retornando ao *O segundo sexo* para articular algumas questões da interpretação que Butler faz da filósofa francesa. Porém, quanto mais escavava em busca da rede de interlocuções, mais percebia a profundidade do solo e a necessidade de en-

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.260221>

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carla.ifcs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1421-5120>.

contrar outras referências, muitas subjacentes e implícitas no texto butleriano. Oficialmente, estava pesquisando a filosofia de Jacques Derrida, autor de concentração do meu mestrado e doutorado e, extraoficialmente, buscava entender as conexões entre feministas pós-estruturalistas e o pensamento da desconstrução.³ Depois que passei pela análise derridiana do par significante/significado na linguística de F. Saussure, *Problemas de gênero* começou a ficar menos enigmático. Costurei, na minha hipótese de leitura, uma analogia possível entre a disjuntiva proposta por Butler no par sexo/gênero e a desconstrução do par significante/significado empreendida por Jacques Derrida. Mais ainda, encontrei similitudes na crítica ao humanismo e na pergunta “mas quem, nós?”, formulada por ele e retomada por ela de modo mais específico: “mas quem nós, mulheres?”. Os feminismos do século XX haviam justamente se valido da interrogação a respeito dos limites do conceito de humano para reivindicar às mulheres um lugar no restrito campo da humanidade. Este foi por muito tempo – e em grande medida ainda é – o caminho de pesquisa que mais me mobilizou. Por fim, mas não menos importante, também identifiquei e persegui uma rede de articulações entre o conceito de performatividade de gênero e o conceito de performatividade da linguagem, tal qual proposto por J. Austin e relido por Derrida, o que acabou se provando uma interlocução produtiva, anos depois, quando da publicação de *Corpos em aliança* (Butler, 2017).⁴

Conto tudo isso para dizer que, desde o início, privilegiei autores lidos por Butler em vez de buscar por suas leituras e comentadoras. Estratégia de pesquisa, decisão metodológica, e sobretudo a ideia de que esse seria um caminho necessário para a compreensão da validade de suas propostas para o contexto brasileiro, sempre no meu horizonte. Com o tempo, e com o aprofundamento do meu trabalho, teci outros fios, como a leitura da sua tese de doutorado dedicada à recepção francesa de Hegel.⁵ O hegelianismo de Butler se tornou, assim, um pano de fundo indispensável para a minha com-

³ Defendidos na PUC-Rio com orientação de Paulo Cesar Duque Estrada e publicados respectivamente em Rodrigues, 2009 e Rodrigues, 2013.

⁴ Permito-me referir, por exemplo, ao meu artigo “Três tempos da performatividade em Butler” (Rodrigues, 2019).

⁵ A tese de doutorado tem como título *Subjects of desire – hegelian reflections in twentieth-century in France*. A tradução brasileira para *Sujeitos do desejo – reflexões hegelianas na França do século XX* é de Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano e Nathan Teixeira, com coordenação minha e edição da Autêntica (prelo, 2024).

preensão da sua filosofia. Outros autores vieram, como Emmanuel Lévinas, Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Hannah Arendt, e fui estabelecendo maior ou menor proximidade com cada um deles conforme o meu campo de interesse. Dei mais ênfase a Benjamin e a Lévinas do que a Arendt, por exemplo, o que em nada significa dizer que eles de fato sejam mais importantes para Butler, apenas que eram mais interessantes para mim.

Com a edição brasileira de *Quadros de guerra* (Butler, 2015b), entrelacei outro fio e passei a perseguir a referência dela a Achille Mbembe, autor a quem desde então tenho me dedicado a ler e estudar.⁶ Tomando Derrida como um dos pensadores inaugurais do pensamento pós-colonial, como o faz o filósofo Rafael Haddock-Lobo (2020), muitos autores nessa linha de pensamento já haviam passado pelo meu radar: G. Spivak, H. Babba, bem como seus pares descoloniais, como Anibal Quijano, Maria Lugones e Rita Segato. Aos poucos, com os cursos de pós-graduação, as orientações, o primeiro projeto de pesquisa na Faperj, as revisões técnicas, as traduções e a edição de um livro autoral, fui sendo apontada, apresentada e reconhecida como “especialista em Judith Butler”, o que me leva a uma necessária nota metodológica: desde o início da minha formação filosófica, sempre considerei problemático o modelo da pesquisa voltada para a produção de especialistas, cujo papel – tal qual entendo na minha crítica – é constrangido à capacidade de reprodução, da melhor forma possível, do pensamento do autor pesquisado. Falta, portanto, espaço para formulações que possam tomar autores e autoras como chave de inteligibilidade para problemas do contexto político brasileiro. Alguém aqui poderia muito bem observar que bastaria então abandonar a bibliografia do Norte global e dedicar-se exclusivamente à leitura de autores locais. Recuso essa saída por considerar que importa mais operar mudanças no modo como lemos os autores e autoras do que na bibliografia em si, embora é claro que esse deslocamento em relação a quem e porque ler também seja decisivo num giro descolonizador da filosofia no Brasil.

⁶ Como exemplo desta pesquisa, refiro-me ao meu artigo “Saídas da grande noite colonial”, publicado no dossiê “O que vem depois do fascismo” no primeiro número da Revista Estilhaços, lançado em janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.xn--estilhao-y0a-com.br/saidasdagrandenoitecolonial>. (Acesso em 04 out. 2023.) Em relação às leituras de Mbembe, registro agradecimento especial aos interlocutores Beatriz Zampieri, Caio Paz, Gustavo Silva, Otávio Leonídio e Victor Galdino.

Ao longo desse percurso de pesquisa de breve descrição, minha posição é de negociar com o modelo da “especialista”. Decidi nem o recusar totalmente, porque é assim que o campo filosófico brasileiro funciona e provê reconhecimento, nem adotá-lo sem distanciamento crítico. Por isso, para mim é tão importante destacar: não fiz nada sozinha. Bem ao contrário, todas as pesquisas estão marcadas por uma *interdependência* proposital e deliberada entre alunos/as, orientações, colegas de diferentes áreas, presentes seja com suas perguntas, com suas próprias pesquisas, e principalmente com interlocuções nas quais tenho privilegiado os sentidos de emancipação e igualdade fornecido por Jacques Rancière (2007): tenho tentado me apresentar como “mestre ignorante”, aquela que está aprendendo junto, aprendendo com, aprendendo quando se põe no lugar de transmitir aquilo que também não sabia antes do início da jornada.⁷

Por ter passado os últimos vinte anos lendo, acompanhando e comentando a obra de Butler – não toda a obra, porque é muito vasta e porque fiz minhas próprias escolhas – acabei também sendo inscrita no campo das leitoras de Butler, o que situa o meu lugar nesse dossiê. Nestas duas décadas de percurso, me arrisquei a fazer leituras imanentes dos textos, quase sem recorrer a autores e autoras que dialogam com essa obra. O encontro recente com a filósofa Hourya Bentouhami, infelizmente ainda não editada no Brasil, me levou a enfim fazer esse movimento. Conheci seu trabalho quando adotei seu conceito de “corps-doublure” – que primeiro traduzi como “corpo-duplicado” –, com o qual a jovem francesa de origem árabe propõe uma ideia muito original sobre como os corpos das mulheres brancas, para estarem disponíveis a ocupar espaços privilegiados de poder, dependem de um processo de substituição pelos corpos de pessoas racializadas (Bentouhami, 2017).⁸

⁷ Agradeço aos integrantes do grupo de estudos em Judith Butler do laboratório Filosofias do Tempo do Agora (Lafita/CNPq/Faperj), com quem tenho a oportunidade de dialogar, estudar e aprender.

⁸ A proposição de dublê de corpo parte da percepção de que é só por haver uma mulher racializada fazendo faxina, lavando roupa, retirando o lixo, que uma mulher branca pode estar dedicada a escrever um artigo acadêmico como esse. A recentíssima entrada dessas mulheres na universidade ainda não é suficiente para modificar essa estrutura, como discuto em “O corpo infeliz” (Rodrigues e Ponciano, 2020). Depois da sugestão da psicanalista Cláudia Aparecida de Oliveira Leite, a quem agradeço, adotei a tradução “dublê de corpo” para o conceito de “corps-doublure” proposto por Bentouhami. Também agradeço ao psicanalista Allyson Peres a indicação de leitura de Bentouhami.

Da sua abordagem surgiu o que considero uma leitura instigante a respeito de uma articulação entre gênero e raça, desde o início presente na filosofia de Judith Butler. De certa forma, essa articulação participa das minhas muitas leituras de *Crítica da razão negra* (Mbembe, 2019), livro em que o autor faz com a categoria “raça” o mesmo movimento que Butler já havia feito com a categoria “gênero”. Em Mbembe, a crítica ao caráter biológico da raça exige pensar essa categoria como uma construção violenta, excludente e a serviço de um sistema de subalternidade e exploração originado no primeiro momento de expansão colonial para as Américas, mantido e sustentado nas diferentes fases do capitalismo. Elaboração muito próxima posso propor em relação a Butler e seu deslocamento do conceito gênero como categoria central de opressão – uma concepção binária da divisão entre homens e mulheres – para a heteronormatividade e sua possibilidade de ampliar a percepção sobre a operação de corte dentro do campo do humano.

Encontrar essa articulação entre gênero e raça produzida por Bentouhami tornou mais fácil o meu caminho de pesquisa e, também por isso, decidir trazer neste artigo uma interpretação do seu recente *Judith Butler – race, genre et melancolie* (Bentouhami, 2022), no qual a autora se vale da fenomenologia crítica para defender que a articulação entre gênero e raça já estava presente em Butler desde 1990, ano da edição de *Problemas de gênero* nos Estados Unidos. É um momento particularmente interessante para associar Butler à fenomenologia crítica, já que em seu livro mais recente, *Que mundo é esse? Uma fenomenologia pandêmica* (Butler, 2022), a filósofa estadunidense também se aproxima dessa corrente de pensamento

Por tudo isso, este artigo é dedicado à leitura de Bentouhami, cujo livro a própria autora define como um trabalho de leitura de Butler em diálogo com Gloria Anzaldúa, Saidiya Hartman e Gayatri Spivak, entre outras, argumentando que prestar atenção à presença das teorias críticas da raça em Butler poderia produzir pelo menos dois efeitos: o primeiro, evitar a concepção de que raça não tem nada a ver com gênero; o segundo, criar condições de uma política de alianças. Recorro a Bentouhami porque sua leitura de Butler é muito próxima da minha, o que faz com que sua interlocução com Butler privilegie autoras pelas quais me interesso. Escrevo tecendo ligações entre as nossas leituras, tomando posições e explicitando minhas escolhas.

2. RAÇA E GÊNERO: PROXIMIDADES

Desde as suas duas epígrafes, Bentouhami faz da cena da interpelação um ponto de contato entre o problema de gênero e de raça. Seu livro parte de episódios narrados por Butler e por Fanon. Ela, caminhando nas ruas de Berkeley, é convocada por uma criança a responder: “Você é lésbica?”. Já o conhecido relato de Fanon é um pouco diferente. A criança aponta para ele nas ruas de Paris e diz: “Um negro! Eu tenho medo!”. São dois disparadores para que Bentouhami comece sua proposição de articular as discriminações de gênero e de raça como cenas de injúria, coniventes entre si enquanto afirmação da hegemonia branca e heterossexual – uma não vai sem a outra –, o perigo racial ao lado do pânico moral. Nos dois episódios, a autora localiza uma pergunta – “quem é você?” – cuja forma de enunciação já supõe um tipo de resposta pré-determinada (Bentouhami, 2022, p. 17). Nesta abordagem, ela se vale de *Relatar a si mesmo* (Butler, 2015c), em que Butler discute os limites de um sujeito prestar contas de si, o verbo “contar” carregado de uma polissemia entre narrar e calcular, dispor de algo e relacionar, enumerar. A forma da pergunta, argumenta Butler, seguida por Bentouhami e por mim, já circunscreve a possibilidade de resposta. Foi assim, como já argumentava Derrida, que a história da filosofia se fez a partir da pergunta “o que é?”; é assim, segundo Butler, que a pergunta “quem é você?” supõe a necessidade de uma resposta ontológica, em que o sujeito responde já enquadrado como um “eu” estável, transparente a si mesmo, individual, atomizado e encerrado em suas características tidas como naturais. É a estas qualidades a que se deve recorrer para responder “eu sou lésbica” ou “eu sou negro” ou mesmo, como vai me interessar a seguir, “eu sou mulher”.

Com Bentouhami, vou recuar ao histórico questionamento da abolicionista negra Sojourner Truth (1851): “e eu não sou uma mulher?”. A pergunta vinha acompanhada do problema de as mulheres negras, associadas ao trabalho braçal da escravidão, não poderem se identificar como dóceis, frágeis ou delicadas, características consideradas como marcantes das mulheres brancas, o que impediam então as mulheres negras de serem reconhecidas como mulheres. A pergunta é retomada por bell hooks em livro homônimo

(hooks, 2019; 1981) e elaborada por Butler com o argumento de que não há base ontológica para definir uma mulher:

Se alguém “é” uma mulher, certamente isso não é tudo que a pessoa é; o termo fracassa ao tentar ser exaustivo, não porque a pré-generificação de uma “pessoa” transcende a parafernália específica do seu gênero, mas porque gênero não é sempre constituído de forma coerente e consistente em contextos históricos diferentes, e porque gênero faz intersecção com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (Butler, 2003, p. 20, tradução modificada por mim).

Bentouhami segue por essa mesma interrogação proposta por Monique Wittig em relação às lésbicas, que ela diferencia da categoria “mulher”. Em seu *The straight mind*, aqui traduzido por *O pensamento hetero* (Wittig, 2022), a autora propõe distinguir esses dois termos, argumentando que o conceito de “mulher” só pode ser compreendido dentro de uma chave heteronormativa. Bentouhami privilegia essa disjuntiva:⁹

Na realidade, “não sou eu uma mulher?” e “as lésbicas não são mulheres” são assertivas que permitem, segundo os termos de Butler, *fazer proliferar o sexo*, manifestar uma diversidade de maneiras de ser mulher ou de não ser, já que “o sexo seria uma propriedade radicalmente singular e não poderia mais operar como generalização útil ou descritiva” (Bentouhami, 2022, p. 24, citando Butler, 2015a, p. 206, grifo de Bentouhami).¹⁰

Estou alinhada a Bentouhami por considerar que, a partir do momento em que a teoria feminista passa a enfrentar o impasse de não poder se valer de um conceito universal de mulher para contestar a característica marcadamente excludente do conceito universal de humano, emerge em pelo menos três grupos de mulheres – as negras, as lésbicas, e as negras lésbicas – a reivindicação de um movimento feminista que não pretendesse representar a “mulher”, o que acabaria por promover o mesmo tipo de restri-

⁹ Com este texto, apresentado pela primeira vez em 1978, Wittig se torna uma das precursoras da crítica à estabilidade da categoria mulher que, para ela, só é compreensível no regime patriarcal e capitalista da heterossexualidade. Por isso, propõe uma distinção entre mulheres e lésbicas, sendo estas as que contestam o pensamento dominante que ela quer desestabilizar. “Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são os que pressupõem que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade” (Wittig, 2022, p. 59).

¹⁰ Todas as traduções de Bentouhami são minhas.

ção que pretendia combater. Portanto, quando Butler começa *Problemas de gênero* se perguntando se pode existir um feminismo que não seja feito apenas em nome do sujeito mulher, está condensando aí pelo menos três décadas de embates políticos fundamentais. O que significa dizer, em primeiro lugar, que nunca houve um feminismo liberal branco hegemônico, sem tensões internas, mas bem ao contrário, isso que se constituiu como movimento feminista no século XX é formado por embates teóricos e práticos decisivos em torno da identidade da mulher.

Sigo com Bentouhami:

o termo ‘mulher’ foi de fato útil para a hierarquização e recobriu uma característica racial, a da branquitude, determinando o direito (relativo) à maternidade protegida, ao casamento etc. As mulheres não-brancas foram assim destituídas dessa feminilidade entendida como um privilégio racial (com a interdição de formar uma família, de ter uma maternidade relativamente protegida) (Bentouhami, 2022, p. 22).

Se a característica racial operou da mesma forma que a heterossexual, estabelecendo uma universalidade problemática para o termo “mulher”, isso não se deu sem atuações decisivas de mulheres negras e racializadas e de mulheres lésbicas, responsáveis, desde então, por interpelar os movimentos feministas a partir de dentro. Bentouhami cita como exemplo a estadunidense Angela Davis. A partir do Brasil, posso mencionar Lélia Gonzalez, de tal forma que juntas possamos afirmar que não há hegemonia da branquitude heterossexual, mas bem ao contrário, há desde o início uma tensão – por vezes produtiva, embora nem sempre – entre os diferentes grupos de mulheres que reivindicam representação e reconhecimento.

Não por acaso, reconhecimento e representação são dois termos mobilizados por Butler no primeiro capítulo de *Problemas de gênero*, quando escreve que “os domínios da ‘representação’ política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito” (Butler, 2015a, p. 18). A junção entre representação e reconhecimento fortalece o argumento de Bentouhami segundo o qual há uma impossibilidade estrutural de representar pessoas negras e pessoas dissidentes sexuais, ambas marcadas por não participarem nem da representação do

humano nem da representação binária de gênero, homem/mulher, masculino/feminino, impedindo assim a cena de reconhecimento e expelindo essas formas de vida para fora do campo do humano:

Judith Butler está atenta em desconstruir os discursos normativos sobre uma feminilidade e uma masculinidade que somente seriam autenticamente humanas por oposição a sexos e sexualidades consideradas monstruosas e anti-humanas (e não apenas não-humanas ou bestiais) (Bentouhami, 2022, p. 26).

De que modo, então, gênero e raça se constituem como linhas de corte, como separadores entre vidas que importam e vidas que pesam? Diante desta questão, interessa percorrer a articulação proposta por Bentouhami entre melancolia de gênero e de raça.

3. LUTOS E MELANCOLIAS

Tenho argumentado que o tema do luto desponta para Butler como questão, ainda de forma incipiente, em função das mortes de pessoas homossexuais na epidemia de HIV/Aids, em que, notadamente nos Estados Unidos, um governo conservador naturalizou a morte de homens gays e adi-ou a adoção ou mesmo desprezou políticas de saúde, cuidado e prevenção. As vidas perdidas estavam diante do impedimento de serem enlutadas, com funerais às escondidas, recurso a eufemismos para a causa da morte e ausência de reconhecimento.¹¹ Aos poucos, o luto vai ganhando centralidade na obra de Butler e, na maneira como abordo, torna-se chave de compreensão para sua filosofia ético-política, o hífen indicando a *interdependência* entre os dois termos.¹² O luto passa então a ser pensado em pelo menos quatro dimensões: a) no seu aspecto individual, como elaboração de uma perda, seguindo Freud muito de perto; b) como um direito coletivo pelo qual se luta e, nesse sentido, elemento de agência política, tomando o conceito foucaultiano como referência; c) como uma política de reconhecimento que envolve

¹¹ Mais a respeito desse tema, permito-me referir a “Por uma filosofia política do luto” (Rodrigues, 2020).

¹² Comecei a privilegiar o tema do luto na obra de Butler em 2016, publicando primeiro o artigo “A função política do luto na filosofia de Judith Butler” (Rodrigues, 2017). O resultado da pesquisa está reunido no livro *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero* (Rodrigues, 2021).

também uma política de Estado, tendo a concepção de eticidade em Hegel como pano de fundo; d) como uma condição diferencial entre vidas enlutáveis e vidas não enlutáveis, com Butler valendo-se da noção de necropolítica em Mbembe e de um desdobramento da sua própria elaboração a respeito das vidas consideradas abjetas.¹³

Butler faz, assim, um deslizamento do luto como categoria psicanalítica para formulações políticas, o que se dá também com outros conceitos.¹⁴ Bentouhami retoma a proposição butleriana de melancolia de gênero para o que ela propõe ser um equivalente, a melancolia racial. Primeiro em *Problemas de gênero*, com posterior desenvolvimento em *A vida psíquica do poder*, Butler pensa a melancolia de gênero como constitutiva da formação do sujeito no regime heteronormativo, em que a homossexualidade é uma hipótese foracluída, um objeto desde sempre perdido como condição de possibilidade de entrada no sistema de trocas heterossexuais. Esse modo de compreender a melancolia de gênero leva Butler a pensar na identificação entre homossexualidade e abjeção, já que sujeitos cujo roteiro de subjetivação se dá pela via da identificação com pessoas do mesmo sexo terminam por se identificar com o lugar daquilo que deveria ter ficado de fora – interditados, como dejetos – da constituição do “eu”. Bentouhami toma o problema da interdição para propor a ideia de uma melancolia racial, que se manifestaria como um “fantasma”, situando Butler no contexto de um diálogo com a teoria crítica de raça:

[...] a vulnerabilidade da qual fala Butler em muitos de seus escritos – ou essa exposição essencial ao sofrimento – ganha ao ser compreendida a partir dessas experiências históricas do patriarcado capitalista, racial e heterossexista que fazem da alienação, da vulnerabilidade e da exposição ao sofrimento e à morte resultado de uma lógica que, longe de ser um índice de reconhecimento de humanidade, é ao contrário, sua negação. Ao mesmo tempo em que a vulnerabilidade caracteriza de modo geral a condição humana, certos grupos de população são evidentemente mais expostos à violência e à aniquilação (Bentouhami, 2022, p. 69).

¹³ A respeito do tema da abjeção, permito-me indicar “Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler” (Rodrigues e Gruman, 2022).

¹⁴ Estou me baseando na pesquisa de doutorado “Butler leitora de Freud: aspectos da psicanálise freudiana na obra de Judith Butler”, de Petra Bastone (IFCS/UFRJ), cujo trabalho consiste em uma investigação acerca do deslizamento de conceitos psicanalíticos como melancolia, luto, desamparo e abjeção para o âmbito ético-político.

O interesse da autora é argumentar por uma perspectiva na qual uma literalidade sexual e racial constitui a melancolia heterossexual e racial, erigindo uma fronteira sexual e racial, que é interdita e, por isso mesmo, desejada, fazendo com que a melancolia se confunda com a um apetite sexual endereçado a corpos devotados a serem consumidos. Assim, segundo ela, a forclusão pode ser entendida como um operador da negatividade na psique, quando algo resiste à representação consciente, mas faz com que o repúdio tome a forma do desejo de possuir aquilo mesmo que é objeto de horror. “O repúdio não se expressa necessariamente pela rejeição ou pelo ódio explícitos”, argumenta Bentouhami (2022, p. 71). Na melancolia racial, explica a autora, a relação com a alteridade está afetada, porque o sujeito não suporta se constituir com tal diante de um outro que ele considera abjeto.

Aqui, acredito ser possível articular com o que descreve Isildinha Batista Nogueira.¹⁵ Trago, para isso, uma passagem em que ela está discutindo a dificuldade da pessoa negra de encontrar um lugar na vida social brasileira:

[...] o negro, no seu processo de tentar se constituir como indivíduo social, desenvolveu um horror a se identificar com seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar: a gênese histórico-social de sua condição de negro, que o remete ao estatuto de peça, em primeiro lugar; ao estatuto de lumpem, em segundo lugar (Nogueira, 2021, p. 58).

Outro nome para esse horror descrito por Nogueira é o que Bentouhami está chamando de melancolia racial, lembrando que, para Freud, na melancolia, a identificação com o objeto perdido se dá como rebaixamento do “eu”. Assim, na melancolia, o sujeito desvaloriza o “eu”, que será capturado por um sentimento de inferioridade em relação ao outro. Ora, se a relação com a alteridade é constitutiva da subjetividade, e se na melancolia essa relação está desde o início marcada por uma inferioridade, o sujeito que daí advém estará identificado como abjeto, a quem portanto está interdita a relação diádica sujeito/objeto.

¹⁵ Agradeço a indicação desta passagem à psicanalista Luciana Guarreschi.

Se no luto o sujeito se constitui como a soma de seus objetos perdidos – somos um sistema de cicatrizes, no aforismo de T. Adorno –, e se no luto a despossessão da perda se apresenta como possibilidade de agência, como se pode observar, por exemplo, nos movimentos de mães e avós das periferias brasileiras, em geral mulheres negras que perderam filhos e netos para a violência policial, na melancolia haveria uma destituição de si, de modo a confirmar para o “eu” não um lugar de sujeito despossuído como todos somos, mas de um sujeito cuja única possibilidade de identificação se dá pela via do dejetivo, do resto, do não assimilável, o que resulta em um sujeito a quem se interdita a possibilidade mesma de tornar-se sujeito e de ser inteligível como tal.

4. VIOLÊNCIAS DE ESTADO

Um dos objetivos explícitos de Bentouhami é chamar a atenção para a teoria crítica de raça, bem estabelecida nos Estados Unidos e, segundo ela, ainda ignorada na França, um país cujo racismo cotidiano é parte da política de Estado. Tomar Butler como uma crítica da violência de Estado é um ponto em comum entre nossos trabalhos.¹⁶ O problema se torna a compreensão de que, embora “Estado” possa ser um termo muito vago, estamos nos referindo a diferentes formas de violação de direitos, que vão desde políticas de extermínio de população negra em favelas até a violência obstétrica sofrida por mulheres racializadas na rede pública de saúde, passando por práticas de produção de “zonas de morte”, nas quais grupos inteiros de população são submetidos a práticas degradantes no meio ambiente. Com Butler, interessa menos nos deter nas análises de casos específicos, e mais refletir a respeito de uma estrutura de funcionamento, esta que pode ser reproduzida por políticas institucionais em diferentes contextos.

Embora haja uma linha de continuidade entre o racismo policial dos Estados Unidos, da França e do Brasil, não interessa aqui traçar paralelos ou

¹⁶ Aqui, gostaria de me referir ao meu primeiro projeto de pesquisa apoiado pela Faperj, cujo título era “Judith Butler: do gênero à violência de Estado” (2018-2021), sem o qual eu não teria desenvolvido o debate que proponho aqui. Tomei como ponto de partida o argumento de Butler de que sem uma crítica à violência de Estado não poderia haver experiência de democracia, no sentido mais radical do termo, e que o combate à violência de Estado poderia promover alianças entre as diferentes categorias identitárias (Butler, 2015b, p. 55).

comparações, porque é desnecessário. Importa perseguir esse componente estrutural a que me referi e busco reproduzir a seguir, primeiro, seguindo muito de perto a interpretação de Bentouhami, mobilizada pela distinção proposta por Butler entre o antirracismo moral e o antirracismo político:

Trata-se, em *Discursos de Ódio*,¹⁷ de fornecer as ferramentas para pensar um antirracismo que leva em conta ao mesmo tempo a característica estrutural ou institucional do racismo, da misoginia ou da homofobia, e a banalidade de suas expressões: essas formas de ódio não podem ser reduzidas apenas às intenções maldosas de indivíduos ou de grupos que se proclamam defensores de uma cultura ou de uma raça superior, homofóbicos, que detestam ou desvalorizam as mulheres (Bentouhami, 2022, p. 132).

A autora quer destacar que, em Butler, o Estado está sempre presente nas cenas de injúria e violência, mesmo aquelas que nos são apresentadas como atos individuais de um sujeito. “O Estado de fato aquele que, por suas políticas de vulnerabilização de populações não-brancas (notadamente pela perseguição policial) autoriza implicitamente a violência contra as minorias”, argumenta Bentouhami (2022, p. 132). Com isso, chegamos ao ponto no qual acredito haver uma originalidade na proposição de Butler, que questiona a validade de mobilizar vulnerabilidades a fim de reivindicar proteção de um Estado que é, ele mesmo, o próprio avalista da violência que se quer combater (Butler, 2017). Ao recorrer à vulnerabilidade como forma de resistência, só restaria ocupar o lugar de vítima. Na ótima explicação de Bentouhami:

Ora, para Butler, o racismo, assim como a homofobia e o sexismo, ainda que sejam estruturais, não eliminam a nossa potência de ação. Uma perspectiva vitimista, típica das linguagens jurídicas, esquece das formas de resistência que nascem da distância entre as palavras e os atos (Bentouhami, 2022, p.135).

¹⁷ O título original do livro é *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. A dificuldade de tradução da expressão de língua inglesa *excitable speech* exigiu a busca de soluções de tradução em cada idioma. Na França, o livro foi publicado como *Le pouvoir des mots*, literalmente “o poder das palavras”, com um subtítulo mais explicativo do que o original: “discours de haine et politique du performatif” [discurso de ódio e política do performativo]. Na edição brasileira o livro ganhou o título de *Discursos de ódio*, tomando a expressão da qual a edição francesa se valeu, e mantendo o subtítulo mais próximo do original, “uma política do performativo”.

No argumento da comentadora, a importância dessa abordagem de Butler é permitir a redefinição de formas de luta antirracistas que não estejam baseadas em demandas de proteção, sobretudo da polícia e do judiciário, campos em que justamente as vidas racializadas estão previamente constituídas como vítimas. “O perigo dessa abordagem é aceitar a perspectiva do racismo moral, em que o racismo toma a forma exclusiva de um discurso explícito, proferido por indivíduos mal-intencionados”, escreve ela (2022, p. 136). Isso nos privaria de apontar o caráter estrutural e institucional dessas formas de violência.

Ainda em relação à citação anterior, observo que a recusa ao vitimismo vem junto da rejeição ao recurso jurídico que, no meu entendimento, é um mau substituto para a reivindicação pela via da política. Conquistar direitos no plano formal da lei em nada equivale a de fato obtê-los na vida social, já que no campo do racismo, do sexismo e da homofobia, se trata justamente de um não reconhecimento destas vidas como participantes do campo da proteção pelo direito. E, mais ainda, exigiria considerar o direito como um lugar de proteção e justiça social, isento de qualquer forma de violência. Ora, é vasta a literatura de teoria crítica do direito capaz de nos demonstrar como o direito pode participar das estruturas de violência, tornando o arcabouço jurídico letra morta no texto da lei, cuja aplicabilidade depende de força.¹⁸

Por fim, considero importante destacar que essa mesma crítica ao desaparecimento das estruturas racistas, homofóbicas e sexistas do Estado está presente na abordagem de Butler à lógica neoliberal. É o que ela faz, por exemplo, ao contrariar a noção de “fracasso moral” de indivíduos que, no neoliberalismo, estão fadados a serem responsabilizados pela sua própria precariedade, como se não estivessem em vigor políticas de indução a essa precariedade.

A fantasia do indivíduo capaz de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições de precariedade acelerada, senão de indigência, cria a perturbadora suposição

¹⁸ Discutimos o problema do privilégio do direito em relação à violência em dossiê organizado na revista VirtuaJus, PUC-MG, organização de Isabela Pinho e minha. “Para uma crítica da violência”: Walter Benjamin 100 anos depois. v. 8 n. 14 (2023). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/issue/view/1398>. Acesso em 04 out. 2023.

de que as pessoas podem, e devem, agir de maneira autônoma sob condições nas quais a vida se tornou insuportável (Butler, 2017, p. 22).

De novo, está em jogo o problema de mobilizar vulnerabilidades para exigir direitos e proteção, em forma de políticas públicas. Por isso, Butler chama a atenção para como a noção de vulnerabilidade pode operar de duas formas, a princípio, contraditórias: uma população vulnerável pode ser vista como aquela que demanda proteção, mas também como alvo a ser atingido. É contra a ideia de que só existem essas duas possibilidades que Butler vem trabalhando, quando propõe que “a resposta para esse dilema não é colocar as populações em situação de precariedade como hiper-responsáveis em um modelo moral nem, pelo contrário, posicioná-las como populações sofredoras que necessitam do ‘cuidado’ dos bons cristãos” (Butler, 2017, pp. 158-159). O recurso à moralidade opera, assim, na forma de produzir e reiterar responsabilidades individuais que obliteram o papel do Estado, das instituições e das estruturas de opressão e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi trazer aqui uma apresentação, ainda que não exaustiva, do livro de Bentouhami. Terceiro título da filósofa publicado na França, “Judith Butler – race genre et mélancolie” integra a coleção “A emancipação em questão” da editora Amsterdam, pela qual foi publicado em 2022, e acentua a perspectiva do trabalho da autora a respeito da teoria crítica de raça. Combinando uma pesquisa rigorosa com uma escrita ensaística, Bentouhami consegue trazer uma abordagem original em relação a Butler e, mais do que isso, traz à tona a perspectiva crítica de raça presente na interlocução de Butler com as feministas negras estadunidenses. Por isso, chama a atenção a convocação de Bentouhami aos leitores franceses, tão dedicados à recepção de Butler e, ao mesmo tempo tão indiferentes ao tema do racismo. De acordo com esse objetivo, me parece estratégico a maneira como Bentouhami retorna principalmente a *Problemas de gênero* para escavar ali as referências de Butler a autores/as da teoria crítica racial. É assim que ela propõe a arti-

culação entre gênero e raça, de modo a fazer o racismo conquistar o mesmo estatuto de problema que o gênero tal qual formulado por Butler.

Antes de concluir, considero valioso mencionar a maneira como Bentouhami debate o problema da analogia entre gênero, raça e sexualidade. Isso porque, embora ela tenha pretendido aproximar essas formas de discriminação, quer negar o recurso à analogia como estratégia de partir do que é bem conhecido para tornar visível um segundo elemento que ganha destaque em analogia ao primeiro. É por esse caminho que ela desmonta a ideia de que as violências raciais já são suficientemente conhecidas e que a analogia reproduz “uma lógica de poder que consiste em descontextualizar as cenas de racismo e sexismo e reduzi-las a elementos isolados” (2022, p. 144), tornando cada um desses acontecimentos como únicos e, com isso, impedindo uma genealogia da brutalidade e da história coletiva dessa violência. É neste aspecto que acredito na contribuição da leitura de Bentouhami como uma autora útil ao pensamento crítico brasileiro, sobretudo quando ela afirma que “a violência se inscreve de fato em uma história colonial de humilhação dos corpos assujeitados” (2022, p. 145). Na fratura brasileira do mundo, o Brasil que fecha os olhos ao seu passado colonial se encontra com a França em movimento de denegação muito semelhante.

Quando comecei a ler Butler estava interessada nas suas formulações críticas dirigidas ao feminismo e, sobretudo, me identifiquei com o seguinte problema: é um paradoxo que primeiro as mulheres tenham que se constranger à categoria mulher para depois poder adentrar o campo feminista e reivindicar direitos, porque a própria categoria já limita o alcance aos direitos pelos quais se quer lutar. Ao longo do percurso, brevemente descrito na Introdução, pude perceber a validade de mobilizar sua crítica à violência de Estado e aplicá-la para a situação brasileira, sempre pontuando diferenças de contexto e prestando atenção nos riscos desta aplicação. Também por isso a abordagem de Bentouhami me interessou. Sua aproximação entre gênero e raça torna mais instigante a pesquisa em Butler no Brasil. Questões trazidas por Bentouhami, como o enquadramento de famílias racializadas como disfuncionais, por exemplo, tocam diretamente em pontos nevrálgicos da nossa política de Estado, em que mulheres negras já foram chamadas de “fábricas

de marginais”,¹⁹ famílias racializadas com frequência são alvo de políticas de “controle de natalidade”, e a imensa população carcerária é composta principalmente de pessoas negras. Impossível ignorar que se trata de mecanismos de gestão de população excedente, a necropolítica tão bem definida por Mbembe e seguida por Butler como uma atualização do racismo enquanto política de Estado, conforme identificado por M. Foucault.²⁰

Depois de Bentouhami lançar seu livro na França, Butler publicou *Que mundo é esse? Uma fenomenologia pandêmica* (Butler, 2022), em que se aproxima ainda mais da fenomenologia crítica com a qual Bentouhami também se alinha. Ambas operam com o conceito de fugitividade, do original “fugitivity”,²¹ para indicarem a necessidade de constituição de outras formas viáveis de vida. Na “fugitividade”, a pergunta “quem você é”, como nas cenas de interpelação mobilizadas por Bentouhami logo no início de seu livro, não deveria sequer ser formulada e a resposta não seria, portanto, uma linha de corte entre vidas que contam, pesam e importam e vidas que não contam, pesam ou importam. Dito de outro modo, o trabalho de produzir linhas de fuga contra as formas de opressão e aniquilamento de vidas passa por entrelaçar raça, gênero e sexualidade e por reivindicar o fim do aniquilamento de vidas em função desses marcadores, que ainda operam uma reiterada concepção moral de que há humanos para os quais o campo do humano deve permanecer interdito. Junto-me aqui à Butler e Bentouhami contra a violência desta interdição.

¹⁹ A este respeito, sugiro a leitura da tese de Gabriel Lisboa Ponciano (2020), que dedica um capítulo a pensar os efeitos dessa frase na política fluminense com uma abordagem original, indicando que a declaração faz parte do sistema de autorização do extermínio policial da população negra no Rio de Janeiro.

²⁰ Butler adota uma distinção entre a biopolítica foucaultiana, entendida como gestão da vida dos incluídos, e necropolítica, definida como manejo do excluído, sobre quem se supõe não haver possibilidade de inclusão, tampouco de direito de emancipação (Butler, 2021).

²¹ “[...] Nos *black studies*, a palavra ‘fugitividade’ não diz apenas deslocamento espacial/geográfico, mas também abertura de outras possibilidades de movimento, recuperação de uma mobilidade criativa e experimental contra as clausuras que, ainda hoje, andam junto às variações do colonialismo que formou este mundo. Práticas fugitivas estão no cotidiano, de formas sutis ou mesmo imperceptíveis a certo olhar; operam em maior ou menor escala, produzem maior ou menor estrago; podem ser encontradas no interior das instituições, de maneira subversiva; podem levar a outro lugar, resultar na formação de uma comunidade quilombola. [...] Fugitividade é necessidade imposta, porém abraçada – como o novo mundo, as Américas diaspóricas –, transformada em abertura para outras modalidades de estar-no-mundo, talvez mesmo para outros futuros; sobretudo, contra a vontade policial dos governos.” Galdino e Zampieri, “De volta à fenomenologia, de encontro ao mundo, mais uma vez”, In: *Que mundo é esse?*, Butler, 2022.

Recebido em 02/11/2023

Aprovado em 27/02/2024

REFERÊNCIAS

BENTOUHAMI, Hourya. “Notes pour un féminisme marron. Du corps-doublure au corps propre.” *Comment S’en Sortir?*, n. 5, p.108-125, 2017. Disponível em: <https://commentssortir.files.wordpress.com/2018/02/css5-8-bentouhami-fc3a9minisme-marron1.pdf>. Acesso em 04 out. 2023.

BENTOUHAMI, Hourya. *Judith Butler. Race, genre et mélancolie*. Paris: Éditions Amsterdam, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Revisão técnica de Joel Birman. 9ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Cunha. Revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015c.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. Revisão técnica de Daniel Yago Françoli, Carla Rodrigues e Pedro Taam. São Paulo: N-1/ Crocodilo, 2019.

BUTLER, Judith. *A força da não violência*. Trad. Heci Regina Candiani. Prefácio Carla Rodrigues. São Paulo : Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. *Que mundo é esse? Uma fenomenologia pandêmica*. Trad. Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação Carla Rodrigues. Belo Horizonte : Autêntica, 2022.

DERRIDA, Jacques. (1967). *Gramatologia*. Trad. de Miriam Chnaidermann e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia* [1917]. Trad. de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

GALDINO e ZAMPIERI, “De volta à fenomenologia, de encontro ao mundo, mais uma vez”, In: BUTLER, Judith. *Que mundo é esse? Uma fenomenologia pandêmica*. Trad. Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação Carla Rodrigues. Belo Horizonte : Autêntica, 2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Os fantasmas da colônia. Notas de desconstrução e filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020.

HOOKS, bell. *Ain’t I a Woman: Black Women and Feminism*. London; New York: Routledge, 1981. [*E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Libanio Bhuvi. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.]

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. 1ª edição. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PONCIANO, Gabriel Lisboa. *Tramando nós - ensaios sobre filosofia e política*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante - Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RILEY, Denise. “*Am I That Name?*”: *Feminism and the Category of “Women” in History*. Basingstoke: Macmillan, 1988.

RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2009.

RODRIGUES, Carla. *Duas palavras para o feminino*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2013.

RODRIGUES, Carla. “A função do luto na filosofia política de Judith Butler”. In: CORREIA, Adriano; HADDOCK-LOBO, Rafael; SILVA, Cíntia Vieira da (Orgs.). *Deleuze, desconstrução e alteridade*. São Paulo: Anpof, 2017. v. 1, p. 329-340.

RODRIGUES, Carla. “Três tempos da performatividade em Butler”. In: CATTONI, Marcelo; VIANA, Igor (Orgs.). *Políticas da performatividade: conferências*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2019.

RODRIGUES, Carla; LISBOA-PONCIANO, Gabriel Henrique. “O corpo infeliz”. *Letra Magna*, v. 16, n. 26, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/issue/view/163/215>> Acesso em 04 out. 2023.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. “Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler”. *Anuário Antropológico*. V. 46, número 3. 2020. p. 67-84. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8933> Acesso em 04 out. 2023.

RODRIGUES, Carla. *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*. Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Trad. Máira Mendes Galvão. Belo Horizonte : Autêntica, 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.